

# Considerações sobre a legitimação e os consentimentos sociais

Avanço de investigação em curso

GT04: Controle social, legitimidade e segurança cidadã

Lucas Cid Gigante

Legitimação e consentimento apontam a circunstância de que nenhuma realidade social persiste sem oferecer um horizonte de possibilidades para a vida de indivíduos e grupos, que têm de aspirar a viver e projetar suas perspectivas de futuro em seu interior. A legitimação é forte quando se transmite aos indivíduos, rejuvenescendo e justificando determinadas maneiras de viver e de se relacionar com os outros. A modernidade capitalista direciona a realização das aspirações dos indivíduos a partir da construção simbólica e pulsional articulada ao consumo, incorporada diferencialmente nos grupos, classes e estilos de vida. Opera-se uma adaptação de parte dos projetos de vida dos sujeitos às circunstâncias estabelecidas através de “projetos de satisfação” remetidos a objetos pulsionais materializados em mercadorias.

**Palavras chave:** Legitimação. Consentimento. Controle Social

## Introdução – delimitando o problema

O tema da proposta é uma reflexão a respeito da legitimação e dos consentimentos sociais. A legitimação implica na pretensão de justificação que determinadas instituições, indivíduos ou grupos promovem, para justificar a si mesmos, e para que outros aceitem tal justificativa. Por seu lado, o consentimento aponta para o ato de aceitação e resignação à vida e, ao contrário porque não estático, à aspiração ou pretensão de se viver no interior de uma sociedade, projetada ao futuro.

Parece-nos evidente que nenhuma realidade social persiste sem que ofereça um horizonte de possibilidades para a vida de indivíduos e grupos. Estes, de certo modo, têm de aspirar a viver numa dada sociedade e projetar suas perspectivas de futuro em seu interior. Desenvolvemos esta perspectiva no entendimento destes conceitos no contato com a obra de Weber (2009) e, mais recentemente, com a fenomenologia de Alfred Schutz (1970), que nos remete para os projetos de ação e de futuro dos sujeitos, articulados às formas como vivem dentro de suas experiências.

Legitimação e consentimento implicariam, desta forma, a aceitação da vida, bem como a admissão de um conjunto de crenças tácitas de como agir, o que nos remeteria para um conjunto de linhas de relações sociais estabelecido.

Neste sentido, que linhas de relações sociais são estimuladas na sociedade contemporânea, incluindo a latino-americana, amarrando indivíduos e grupos a algumas linhas de relações sociais, em que estes ‘projetam’ seu futuro, planejam o seu tempo e alimentam suas ações dotadas de sentido?

Existirá alguma linha de relações sociais mais universal, acoplada diferencialmente aos grupos e classes, mas persistente em sua forma, representando um adensamento das malhas de significado inscritas em determinadas linhas de conduta?

Após esta ponderação, trabalhamos com a premissa de que tais linhas de relações sociais ‘tem’ que estar associadas à modernidade e a alguns dos fatores ligados à reprodução do capital,

como a aceleração de sua rotação e a mercantilização das coisas, relações e processos, ao lado de processos como individualismo e o consumismo.

Voltando à ponderação com a modernidade capitalista, tendo em vista a reprodução do capital, escolhamos um foco contido nos processos de mercantilização e consumismo; estes nos parecem ser adequados enquanto campo de adensamento das malhas de significado que tecem as relações sociais, cortando as classes e os estilos de vida.

É deste ponto em particular que queremos investir na discussão dos consensos e controles sociais, admitindo que outros fatores concorrem paralelos.

Circunscrevendo estas questões, acessamos o objeto do presente escrito: passando por autores da teoria crítica, como Marcuse (1999), Adorno e Horkheimer (1985), Haug (1997) e, recentemente, Türcke (2010), emerge a imagem da administração do social pela manipulação imagética, apta a direcionar a objetificação das pulsões humanas, acoplada ao mundo mercantil, considerando um pressuposto presente nestes autores, o de que os sujeitos são manipulados e administrados, configurando a repressão constante de seus impulsos e a fabricação de suas necessidades.

Entretanto, nos parece evidente que a eficácia da obtenção de consensos e legitimidades a partir do consumo não é obtida na repressão e insatisfação crônicas a que os sujeitos estariam submetidos, e sim, ao contrário, por fornecer espaços de satisfação, felicidade e realização (pelo menos aparecendo assim aos sujeitos).

Trabalhamos uma hipótese teórica de fundo: que o pressuposto da legitimação e dos consentimentos sociais (obtidos a partir do consumismo e da mercantilização enquanto processos – e aqui observados nestes aspectos apenas) encontra-se no direcionamento da sensação de liberdade, bem como no controle dos objetos que a suscitam; trata-se de um fenômeno contrário ao da repressão e da insatisfação crônicas de uma dessublimação repressiva<sup>1</sup>, porém fortemente associado à manipulação.

A modernidade capitalista soube se valer disso. A realização de aspirações no consumo é um consentimento do indivíduo ao mundo, parcela da projeção do seu futuro numa sociedade, mais adequada à situação das classes médias (historicamente parte do sustentáculo do *status quo* em situações de crise e de ditaduras<sup>2</sup>), mas não exclusivamente, o que nos remete a um processo mais universal.

A inserção da realidade latino americana numa modernidade radicalizada e periférica torna relevante esta discussão para refletir sobre esta condição.

Examinando o problema sob a luz da noção de pulsão desenvolvida pelo psicanalista brasileiro Jurandir Freire Costa (2005), desenvolvemos o argumento de que as necessidades humanas secundárias, como as aspirações do eu e o estabelecimento das vontades e dos desejos, não são formas vazias de conteúdo. Pelo contrário, como formas simbólicas, estão acopladas à objetificações dotadas de carga emotiva, sensíveis às imagens e linguagens que circulam no mundo das mídias, bem como à materialidade dos objetos que a suscitam.

Conclusivamente, sustentamos a ideia de que a modernidade capitalista possui enorme capacidade de direcionar a realização do sentimento da liberdade humana, a partir do direcionamento da doação afetiva que os indivíduos atribuem à posse dos objetos, permitindo

---

<sup>1</sup> Conceito desenvolvido por Marcuse em *Eros e civilização* que, sob formas parecidas, encontra-se em Haug (1997), Adorno e Horkheimer (1985) e, mais recentemente, Türcke (2010).

<sup>2</sup> Importante citar o investimento da ditadura militar no Brasil, pós 1964, no milagre econômico, também como estratégia de manter níveis de consenso entre as classes médias brasileiras a partir da expansão do consumo.

repensar o que Marx delineava como o fetiche da mercadoria. Como, segundo este, toda carência remete para seu objeto de satisfação, estamos numa região muito propícia para a compreensão de como a ação dos sujeitos sustenta arranjos societários (ponto de vista weberiano).

Em nossa hipótese, como isso se dá? Partindo dos objetos pulsionais, é operado um nível de consentimento e de legitimação social que adapta os projetos de vida dos sujeitos às circunstâncias estabelecidas através de ‘projetos de satisfação’, remetidos à manipulação de objetos desejados, independente de quais sejam estes, e de quais necessidades se trata, as do estômago ou as da alma.

A ‘imensa coleção de mercadorias’ com que se apresenta a sociedade capitalista, no registro de Marx, não poderia existir sem o direcionamento da fruição da liberdade, sensação de posse que ‘anima’ os objetos, fazendo-os aparecer ao sujeito como realização, não repressão.

A partir destas imersões, pensamos o consumismo na sociedade contemporânea, incluindo a latino americana, como um fator que alimenta legitimações e consentimentos sociais, contribuindo assim para a continuidade destes arranjos societários, em termos dos ganhos em integração, consenso e ordem.

Isto implica pensar no mercado capitalista como um dos pontos nevrálgicos da vida social, pólo de manifestação do poder de grupos e organizações e vitrine estimulante das aspirações humanas.

### **Categorias – sobre legitimação e consentimento**

Uma das principais premissas teóricas de nossas considerações parte da Sociologia Compreensiva de Max Weber (2009), orientada pela consideração individualista enquanto método, ou seja, parte do sentido subjetivo que o sujeito agente constrói no processo mesmo de sua ação. Deste ponto de vista, diluindo conceitos coletivos como o de sociedade, opera-se com o estabelecimento de redes de relações sociais dotadas de sentido no curso da ação dos sujeitos, o que nos remete para o adensamento daquelas que são as linhas de relações dotadas de sentido.

Isso nos direciona para o núcleo da ação como constitutiva do social e de sua permanência. O problema do consenso e da ordem pode ser posto no problema da explicação da duração de formas de se conduzir na vida.

Do ponto de vista desta Sociologia, o olhar se direciona para a conduta de vida dos sujeitos (*lebensführung*), de como imprimem sentido à suas ações e, no limite, como criam e sustentam perspectivas de vida (crenças, pensamentos e representações) futura no interior de um conjunto de relações.

Neste particular, a legitimação aponta para as maneiras como os sujeitos sustentam “determinadas formas de se conduzir e de se relacionar com os outros”<sup>3</sup>, representando-as como válidas e como mais adequadas aos seus projetos.

Isso não pode ser feito sem a criação de projeções de futuro no interior de um conjunto de relações, através das quais os sujeitos aspiram a viver e a projetar seu futuro em uma sociedade, sendo importante sublinhar que esta possibilidade de projeção é desigualmente distribuída nos

---

<sup>3</sup> Definição utilizada pelo professor Gabriel Cohn (FFLCH-USP) numa vídeo aula intitulada “Adeus Weber”, disponível no link: <http://univesptv.cmais.com.br/adeus-weber/home/acumulacao-e-selecao>. Acessado em 16 de abril de 2013.

sujeitos de acordo com sua situação de vida, variando de um máximo de projeção a um mínimo, quando envolve um máximo de determinação.

Isso nos remete para o problema das condições sociais expressas nas classes, que desenvolvem, peculiarmente, uma esfera ideacional, através da qual constroem e alimentam crenças tácitas na validade de certas formas de conduta, aceitando-as como válidas e consentindo em segui-las. O problema da conservação e transformação social tem em um de seus fatores a persistência ou ruptura de tais crenças tácitas.

Legitimação e consentimento distribuídos em redes de relações sociais respondem pela urdidura impressa em linhas de relações sociais, constantemente alimentadas pelas miríades de ações que se dão em seu interior, aparecendo aos sujeitos nas representações que estes imprimem, ao dar sentido ao conjunto de seus atos e, externamente, a uma orquestração invisível, presente em determinadas linhas de relações estabelecidas historicamente e inscritas objetivamente fora dos sujeitos.

Isso nos remete aos dominantes, entendidos como o círculo daqueles que tomam iniciativa em propor linhas de conduta que serão retomadas pelos demais sujeitos como orientação e direcionamento das próprias ações. Neste ponto, o pensamento weberiano toca o tema da manipulação, sob a forma categorial da ideia de condução: quem toma a iniciativa de conduzir balizas conceituais e simbólicas que servirão como guias para a elaboração representacional do sentido visado inerente aos comportamentos dos demais?

Como o sujeito significa seus atos? Que tipos de impulsos expressa e como podemos acessá-los? A Sociologia Compreensiva carece de um exame psíquico da agencia mesma construtora de sentido que opera na interioridade do sujeito, até porque Max Weber procurou afastar-se de considerações típicas dos Psicólogos e deslizou em tautologias ao tentar definir o conceito de sentido.

No entanto, nossa proposta é criar uma interface entre a Sociologia Compreensiva e a Psicanálise. Examinaremos estas questões a partir da noção de pulsão.

### **Breve consideração sobre o conceito de Pulsão**

Toda vida social se sustenta em consenso e ordem para perdurar no tempo. Podemos abordar este problema de duas perspectivas, isoladas ou simultaneamente: uma externa ao sujeito e objetiva, outra interna ao sujeito e subjetiva. Este problema, que envolve estrutura e sujeito é um dos mais debatidos na teoria social; importante síntese a ele pode ser expressa na obra de Pierre Bourdieu.

Em nossas considerações, trataremos do ponto de vista interno ao sujeito, subjetivo, para observar sua contribuição ao problema do consenso e da ordem como resposta da continuidade dos arranjos<sup>4</sup> societários.

Neste rumo, todo arranjo societário necessita que, mesmo num grau mínimo, os sujeitos desejem viver em seu interior, certa energia de viver tem que ser alimentada, sem o que não se pode falar em vida e sim em morte dos sujeitos.

---

<sup>4</sup> Falamos em arranjo tendo em vista a construção precária que a palavra implica e nos remetendo para a ideia de contingência, ou seja, de que as redes de relações sociais são construções sempre remetidas ao caos, ordem instável que pode se dissolver e se transformar dinamicamente. A crença em formas de viver e de se relacionar com os outros pode se modificar e dar a luz a alternativas ao curso dominante.

Como a vida que se leva não é isolada num vácuo, ela é também sempre uma pulsão de vida no interior de um existir social.

Este argumento nos direciona para a categoria de pulsão no pensamento psicanalítico. Como categoria, segundo Costa (2005), pulsão nos remete para a circunstância de que “a vida é pulsão e que a pulsão de vida, o impulso de vida, pode se manifestar de várias formas, todas tão importantes quanto a vida sexual” (p. 27).

Trata-se de uma consideração a respeito do ponto de vista econômico do psiquismo humano, no qual a pulsão, para além da bagagem instintiva e impulsiva do componente natureza, traduzir-se-ia em direcionamentos externos emprestados do mundo, para operar a sublimação da sexualidade em objetos alternativos. Neste sentido, ocorreria uma ampliação dramática das necessidades humanas.

Toda sublimação se faz no contato com objetos culturais e se constitui a partir da introjeção da esfera simbólica, pela qual os impulsos ganham formas do sistema perceptivo e sensorial, constituído pelos operadores lógicos e representacionais, que são estruturações lingüísticas, lógicas e imagéticas que se acoplam como conteúdos e formas às pulsões, fazendo com que estas não possam ser concebidas enquanto potências instintivas puramente orgânicas.

Por conseguinte, as necessidades humanas secundárias (sublimadas da sexualidade), como as aspirações do eu e o estabelecimento das vontades e dos desejos, não são formas vazias de conteúdo, mas, pelo contrário, formas simbólicas muitas vezes acopladas à objetificações dotadas de carga emotiva, sensíveis às imagens e linguagens.

O mesmo ocorre com a pulsão sexual, sublimada e realizada mediante uma carga de representações e imagens que circulam na esfera simbólica, introjetada no sujeito, acoplando as pulsões humanas à história, como lembra Marcuse (1999).

Neste sentido de pulsão, desejamos algo a partir da impregnação de sua imagem em nosso psiquismo, o que seria válido para qualquer objeto de satisfação. A grande questão é que ocorre um direcionamento deste tipo de projeção, na medida em que ela se fixa aos objetos disponíveis aos sujeitos, a partir dos traços significativos impressos nas imagens e linguagens materializadas em objetos afetivos.

Por outro lado, um objeto afetivo<sup>5</sup>, no mais das vezes, é um objeto material – o que nos remete para a forma de mercadoria, como aquela que imprime o direcionamento da materialização das pulsões dos sujeitos. Tal circunstância nos remete para a construção social dos objetos que se inscrevem na economia pulsional dos sujeitos, vendo-a como parte importante dos cálculos de satisfação que também orientam os modos de viver e de se relacionar com os outros, tão caros à legitimação.

Retomando Weber, quem toma a iniciativa de propor os objetos de satisfação que entrarão na economia pulsional dos sujeitos? Estamos falando da condução de relações sociais diretamente associadas ao direcionamento das necessidades humanas, não em sua totalidade, evidentemente, porém em uma parte significativa: ao fato de que aspiramos e desejamos não de forma vazia de conteúdo, mas, ao contrário, necessitamos direcionar conteúdos pulsionais a objetos que circulam no mundo externo<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> A partir de Freud, entende-se que por objeto se considera uma canalização afetiva, doação operada pelo sujeito, a qual envolve o aspecto econômico do psiquismo, orientado para a busca de prazer e fuga do desprazer. A fixação do prazer em objetos permite uma materialização emocional, seja na relação eu tu ou eu coisa.

<sup>6</sup> Por isso que em nossas considerações, unimos à Sociologia Compreensiva e à Psicanálise, a orientação de Marx no que se refere ao entendimento do processo de mercantilização, como aquele através do qual a forma mercadoria se universaliza enquanto manifestação não apenas da riqueza, mas dos objetos que satisfazem as necessidades humanas,

A mercantilização e o consumismo inscrevem-se como linhas de relações sociais diretamente associadas ao processo mesmo da modernidade capitalista. A teoria crítica tomou como objeto de análise, em parte, a maneira como estes processos se deram enquanto manipulação, que culmina na morte do sujeito, incluindo a circunstância de que sua intimidade encontrar-se-ia devassada pela máquina de sua administração, sendo o próprio eu remetido à sua anulação nas tendências universais. É o momento de examinarmos rapidamente este paradigma.

### **Sobre manipulação e repressão: olhando para a Teoria Crítica**

A última consideração nos remete para alguns dos pensadores da teoria crítica, como Marcuse, Adorno, Horkheimer, Haug e, recentemente, Türcke. Deles podemos extrair a imagem da morte do sujeito. Este é inteiramente assujeitado<sup>7</sup> a uma orquestração externa e determinada que formata sua intimidade.

Marcuse (1999) é claro a este respeito: “a existência humana neste mundo é mero recheio, matéria, material, substância, que não possui em si mesma o princípio de seu desenvolvimento” (p. 101). Antes disso, em 1947, Adorno e Horkheimer (1985), na *Dialética do Esclarecimento* anunciam: “o individual reduz-se à capacidade do universal de marcar tão integralmente o contingente que ele possa ser conservado o mesmo”, o que resulta na sentença: “as particularidades do eu são mercadorias monopolizadas e socialmente condicionadas, que se fazem passar por algo de natural”, (p. 145).

Mais recentemente, Türcke (2010) extrai da caracterização da sociedade contemporânea como sociedade excitada, o vício frenético que os sujeitos estão submetidos a partir das injeções audiovisuais diárias, que lhes anestesiam e viciam, restando pouco a fazer para escapar ao cerco.

Tais considerações possuem uma continuidade, expressa em algumas condições: partir da premissa de anular o sujeito e imprimir-lhe heteronomia absoluta; negar-lhe espaços de realização, sendo marcante a qualificação de que, sob o consumo e a indústria cultural, encontram-se permanentemente iludidos, reprimidos e insatisfeitos.

Enquanto entendimento da engenharia de administração do social a partir da construção história das pulsões que os sujeitos materializaram, o eixo explicativo para fenômenos como ascensão do mercado e da mercantilização enquanto processo, tais pressupostos são muito eficientes.

No entanto, sua insistência na repressão crônica associada ao consumismo não será um exagero e até mesmo um engano?

A resposta nos parece ser afirmativa, o que nos permite ir além da teoria crítica pelo menos segundo o aspecto de que nos parece evidente que o sucesso da engenharia pulsional intrínseca a estes processos se manifesta na condução do sentimento de realização, ou seja, da

materiais e ideais, que são, ao mesmo tempo, portadores de valor de uso e de valor de troca. A mercadoria, na sociedade contemporânea, ocupa papel fundamental por representar a forma histórica através da qual os objetos são produzidos, circulados e consumidos, implicando sua importância no jogo das necessidades humanas, que, ao implicarem carência, sempre tem que estar remetidas ao objeto de sua satisfação (vide a consideração dos manuscritos econômico e filosóficos a respeito da ligação entre carências, necessidades e objetos de satisfação), bem como à sua remodelação a partir da sedução que os objetos implicam na estrutura de necessidades, redefinindo-a.

<sup>7</sup> Entendemos o termo sujeito a partir da consideração que remete para a ação, o que, evidentemente, implica na consideração a respeito dos móveis da agência e, até mesmo a raiz latina do termo, que implica no assujeitamento. Neste aspecto, seguimos as considerações de Weber sobre o sujeito como base da ação, ao lhe imprimir um sentido subjetivamente orientado, que é o mesmo que permite o acesso compreensivo aos motivos do agir, daí explicáveis externamente no curso de seus efeitos.

felicidade e satisfação do consumo dos objetos que saciam o repertório total das necessidades humanas<sup>8</sup>, pelo menos aparecendo assim aos sujeitos.

Partindo da imagem da administração do social pela manipulação imagética, apta a direcionar a objetificação das pulsões humanas, acoplada ao mundo mercantil, nos parece evidente que se a dominação é eficiente em estimular consensos e legitimidades nas linhas de relações sociais estimuladas pelo consumismo, não é por manipular e reprimir, e sim por fornecer espaços de satisfação, felicidade e realização. Ora, isso não nos permite entender melhor a eficiência administrativa de que estão investidas? Pensamos que sim.

Isso não implica a anulação da manipulação e da repressão como processos que ocorrem nos sujeitos. Seguramente serão dominantes nos sujeitos mais propensos ao entorpecimento, ao vício, inquietude e insatisfação freqüentes. Porém, manipulação e repressão podem conviver lado a lado com satisfação e realização. Tal balanço é operado nos projetos de eu dos sujeitos e na construção diferencial do caráter<sup>9</sup>, não uma tendência unilateral imposta aos sujeitos por cima ou por fora, não é uma categoria de opressão e sim de sedução.

Não é o que nos coloca Haug (1997), que anuncia o sujeito na voz passiva, ludibriado e enganado, caindo numa armadilha:

A aparência na qual caímos é como um espelho, onde o desejo se vê e se reconhece como objetivo. Tal como em uma sociedade capitalista monopolista, na qual as pessoas se defrontam com uma totalidade de aparências atraentes e prazerosas do mundo das mercadorias, ocorre por meio de um engodo abominável algo estranho e pouquíssimo considerado em sua dinâmica. É que seqüências intermináveis de imagens acercam-se das pessoas atuando como espelhos, com empatia, observando o seu íntimo, trazendo à tona os segredos e espalhando-os. Nessas imagens evidenciam-se às pessoas os lados sempre insatisfeitos de seu ser. A aparência oferece-se como se anunciasse a satisfação; ela descobre alguém, lê os desejos em seus olhos e mostra-os na superfície da mercadoria. Ao interpretar as pessoas, a aparência que envolve a mercadoria mune-a com uma linguagem capaz de interpretar a si mesma e ao mundo. Logo não existirá mais nenhuma linguagem, a não ser aquela transmitida pelas mercadorias. Como é que alguém, constantemente assediado por uma coleção de imagens de desejos já previamente desvendadas, se comporta e, sobretudo, se modifica? Como é que alguém, que sempre obtém o que deseja – mas somente enquanto aparência -, se modifica? O ideal da estética da mercadoria seria manifestar o que mais nos agrada, do que falamos, o que procuramos, o que não esquecemos, o que todos querem, o que sempre quisemos. O consumidor é servido sem resistir, seja por parte do aspecto mais marcante, mais sensorial ou do mais desprezioso e mais cômodo. Serve-se com a mesma deferência tanto a avidez quanto a preguiça. (HAUG, 1997, p.77-8)

A descrição do motivo psicológico é fascinante. Porém, ao contrário do autor, sustentamos que este engodo abominável não aparece assim ao sujeito, como se o colocasse sempre na passiva, cercado, ludibriado e seduzido por imagens e aparências que tomam conta de si. O que aparece ao sujeito é a posse pulsional do objeto em um projeto de satisfação. Se irá durar pouco ou ele morrerá ao fim, pouco lhe importa.

Por outro lado, supondo um ramo empírico para estas considerações, temos que olhar para as respostas diferenciais provindas de diferentes sujeitos e estudar o mecanismo de sua apropriação, isso permitiria sustentar ao menos parcialmente o argumento de Haug, jamais universalmente.

---

<sup>8</sup> As considerações de Baudrillard e de Guy Debord são interessantes para circunscrever o tipo de sociedade em que estes fenômenos ocorrem.

<sup>9</sup> Neste aspecto, ver a obra de Wilhelm Reich (1998) - Análise do caráter.

O que é particularmente fecundo na Teoria Crítica é o foco na questão da manipulação: quem decide quais serão os objetos que cercarão os sujeitos e como suas disposições internas são condicionadas?

Neste particular, emerge a tese do presente escrito: a modernidade capitalista possui enorme capacidade de direcionar a realização do sentimento de satisfação e de felicidade dos sujeitos, a partir do direcionamento da doação afetiva que estes atribuem à posse dos objetos.

Isso vale muito mais para os consensos e legitimidades sociais do que a repressão, porque vincula a dominação à liberdade, o fruir objetual ao ritmo das carências humanas. Isso vale muito mais para a consideração sobre consentimentos e legitimações do que a reiterada consideração de que o capitalismo cria repressão e insatisfação associadas ao consumo.

Isso também desloca a centralidade dada ao elemento “repressão”. Não será insistir no vazio postular que os elementos de administração do social se baseiem em repressão opressora constante que anula o eu, ao invés de, ao contrário, canalizar as aspirações humanas que possam ser objetificáveis em mercadorias e promover um sentido de gozo do eu?

Tendemos a considerar o segundo postulado como mais coerente com a história do século XX e início do XXI, à qual eleva o mercado capitalista como novo dínamo das relações sociais, bem como o processo que lhe está na base, de mercantilização e, ao fundo, da reprodução ampliada do capital.

Isto não anula o conceito central de manipulação: a manipulação se mostra muito mais no direcionamento das pulsões do que em sua repressão.

Tais processos seguramente condicionam linhas de relações sociais. A forma mercadoria extravasa a necessidade humana de dar um objeto às carências do sujeito, independente de quais sejam.

Lembramos um argumento de Costa (2005) de que as emoções não são seres translúcidos feitos de luz, necessitando de um lastro no mundo objetivo, o que nos permite pensar na doação emocional que os sujeitos operam em relação aos objetos, construindo relações dotadas de sentido intrínsecas à posse objetual como posse afetiva, o que, por outro lado, se opera na re-significação dos significantes que circulam juntos aos objetos.

A dominação é eficiente por doar vida ao sujeito, não matá-lo. Ora, nesta camada dos objetos pulsionais é operado um nível de consentimento e de legitimação social, que adapta os projetos de vida dos sujeitos às circunstâncias estabelecidas através de ‘projetos de satisfação’, remetidos à manipulação de objetos desejados, independente de quais sejam estes!

### **Considerações finais: sobre a legitimação e o consentimento. O segredo da dominação está na liberdade?**

Neste particular, a modernidade capitalista possui enorme capacidade de direcionar a realização do sentimento da liberdade humana, a partir do direcionamento da doação afetiva que os indivíduos atribuem à posse dos objetos, permitindo repensar o que Marx delineava como o fetiche da mercadoria.

O pressuposto do controle e do consenso nos parece ser a liberdade, a modernidade capitalista soube se valer disso. Evidentemente, temos que entender melhor as condições da liberdade na estrutura das necessidades humanas. Entendemos que o conceito de pulsão, debatido simultaneamente com junções de Marx e de Weber, pode significar um caminho de desenvolvimento destes problemas.



A grande questão é o risco de exagerar um ponto de vista voluntarista das relações sociais, segundo o qual estas se movem a partir das vontades dos sujeitos<sup>10</sup>. Seguramente toda sociedade também é uma prática eficiente dos sujeitos, como disse Giddens (1998), mas não pode se derivar disso. Uma orquestração invisível encontra-se para além das vontades humanas enquanto móveis da agencia da ação, bem o atesta Bourdieu.

Porém, no intuito de vincular a dominação à liberdade assumimos o risco lógico e político do voluntarismo, porque isso nos permite mergulhar melhor na forma historicamente desenvolvida de condicionamento das forças psíquicas que movem os humanos, nosso maior interesse encontra-se aqui.

Neste sentido, toda sociedade desenvolverá formas de caráter que serão típicas em seus membros, de acordo com as condições formadoras dos sujeitos, sejam em grupos sejam em classes. O caráter é uma resposta ao mundo, couraça que protege o sujeito e, ao mesmo tempo, libera-o para seus projetos.

E, por falar nestes, a legitimação no interior de uma sociedade é forte quando se transmite aos sujeitos, ou seja, quando rejuvenesce nele e justifica nele alguns projetos que estão inseridos como as possibilidades que a respectiva estrutura social oferta. Neste ponto, a ruptura de legitimações, que indica a crise das crenças introjetadas, implicam que transformações sociais também de ruptura estão ocorrendo numa escala de tempo próxima.

A legitimação e os consentimentos apontam para as possibilidades de ser humano, no limite da individuação subjetiva; possibilidades de papéis, na pretensão de utilidade; pretensões de *status* e prestígio, para os que carecem de grandeza. No mais, tudo o que toca a satisfação dos impulsos humanos, pois é pela carência e necessidade que cedemos ao jogo e projetamos nossas vidas na órbita do que nos é dado, condição invisível nas orquestrações a que estamos submetidos, aparecendo-nos, no máximo, alguns dos interesses materiais e ideais que perseguimos.

A legitimação é forte quando os sujeitos justificam a própria vida com vontade, ‘elevando seu papel’ e o aceitando; para isso existe uma matriz de socialização constante, máquina fazedora de gente, que faz da sociedade uma prática eficiente dos sujeitos.

Isso implica a crença da validade do modo de viver e de se relacionar com os outros, ou seja, como coloca Cohn, “a incorporação de diretrizes na direção da vida”<sup>11</sup> à qual, por sua vez, pressupõe o exercício da dominação que “se realiza e se materializa na tomada de iniciativa dos dominantes<sup>12</sup>” em propor linhas de ação que serão incorporadas pelos agentes na escolha dos seus atos, na decisão de como se conduzir na vida.

---

<sup>10</sup> Limite lógico da própria concepção de legitimação aqui adotada, que pressupõe como conteúdo central a aceitação de formas de viver e de se relacionar, o que nos aproxima do clássico discurso da servidão voluntária, de Etienne de la Boétie. Max Weber vê no dominado alguém que voluntariamente cede aos imperativos dominantes, numa aproximação com a moral de escravo Nietzscheana. Epistemológica e politicamente, isso é o mesmo que responsabilizar o dominado por seu infortúnio, limite expresso de uma concepção voluntarista das relações sociais, à qual o pensamento weberiano pode ser associado, a partir do conceito de dominação legítima. É também o limite epistemológico do conceito de dominação aqui adotado, o qual se complementaria com o balanço do conceito de poder do próprio Weber – cujo núcleo é a imposição de diretrizes à condução de vida dos sujeitos, o que examinamos brevemente.

<sup>11</sup> Vídeo aula disponível em: <http://univesptv.cmais.com.br/adeus-weber/home/acumulacao-e-selecao> Acessado em 16 de abril de 2013.

<sup>12</sup> Quem são os dominantes? Seguindo a leitura que Cohn realiza de Weber, todos aqueles que se encontram em posição de tomada de iniciativa na proposição de linhas de conduta de vida assumidas por uma pluralidade de sujeitos. Na discussão a respeito da modernidade, via seu circuito de reprodução do capital, mercantilização e

A legitimação é mais fraca quando estes elementos entram na zona de irrelevância do sujeito (e isso, como tudo o mais, tem de ser circunstanciado à sua situação enquanto classe, consciência e projeto político). Na ausência dos últimos, este simplesmente persiste de forma maquinal a ritmação do cotidiano, porque precisa, não tem escolha. Esta é a situação limite do voluntarismo em relações sociais, quando o destino do sujeito inscreve-se muito longe de suas vontades e quando seus projetos de vida estão sendo concebidos o tempo todo fora dele.

É um problema fundamental, o da distribuição desigual das escolhas de como se conduzir na vida: problema de classe e de materialidade, antes de mais nada.

Retornamos sempre à questão da modernidade capitalista, por entendê-la como eixo explicativo ainda válido para sociedade contemporânea. Estudando a ideia de pulsão desenvolvida no âmbito da Psicanálise, destacamos a circunstância de que as necessidades humanas, como as aspirações do eu e o estabelecimento das vontades e dos desejos, não são formas vazias de conteúdo, mas, pelo contrário, formas simbólicas muitas vezes acopladas à objetificações dotadas de carga emotiva, sensíveis às imagens e linguagens que circulam no mundo das mídias, Costa (2005).

Sendo assim, a modernidade capitalista possui enorme capacidade de direcionar a realização do sentimento da liberdade humana, a partir do direcionamento da doação afetiva que os indivíduos atribuem à posse dos objetos.

É o homem no processo mesmo de sua vida, que ativa o que esta, de fora, lhe oferta. Como disse Goethe: o que herdaste de seus pais, apropria-o e faça-o teu! Sem essa condição não se pode falar em sujeitos.

## Referências

- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Costa, J. (2004). *O vestígio e a aura. Corpo e consumo na moral do espetáculo*. São Paulo, Editora Garamond.
- Giddens, A. (1998). *Política, sociologia e teoria social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo, Editora UNESP.
- Haug, W. (1997). *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo, Editora UNESP.
- Marcuse, H. (1999). *Eros e civilização*. Rio de Janeiro, LTC.
- Reich, W. (1998). *Análise do caráter*. São Paulo, Martins Fontes.
- Türcke, C. (2010). *Sociedade excitada. Filosofia da sensação*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- Wagner, H. (1970). *Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Weber, M. (2009). *Economia e sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

---

consumismo, um possível foco empírico localiza-se nos agentes que ocupam posições de poder nos *mass mídia*, que imprimem direção às malhas de significados que simbolizam as pulsões humanas no consumo de mercadorias.